

A racialização do mundo

OCTAVIO IANNI

RESUMO: A globalização do capitalismo e a nova divisão transnacional do trabalho, dinamizada pelas novas tecnologias, pela informatização e pela robotização da produção, processo que também se expressa pelas migrações entre as nações dentro de um amplo processo de urbanização do mundo, mostram-nos a emergência e a ressurgência de problemas raciais associados a nacionalismos e localismos. Isto ressalta que a globalização é acompanhada de uma fragmentação, onde as linhas limites entre classe e raça mesclam-se e confundem-se mas, na maioria das vezes, não se dissolvem. Neste contexto, os problemas raciais podem ser vistos como manifestação de movimentos e configurações, e como dimensão fundamental da sociedade globalizada em formação

UNITERMOS:
globalização,
racialização,
transnacionalização
do trabalho,
movimentos raciais.

A O século XX pode ser visto como um vasto cenário de problemas raciais. São problemas inseridos mais ou menos profundamente nas guerras e revoluções, nas lutas pela descolonização, nos ciclos de expansão e recessão das economias, nos movimentos de mercado da força de trabalho, nas migrações, nas peregrinações religiosas e nas incursões e tropelias turísticas, entre outras características mais ou menos notáveis da forma pela qual o século XX pode ser visto, em perspectiva geo-histórica ampla. São problemas raciais que emergem e desenvolvem no jogo das forças sociais, conforme se movimentam em escala local, nacional, regional e mundial. Ainda que muitas vezes esses problemas pareçam únicos e exclusivos, como se fossem apenas ou principalmente “étnicos” ou “raciais”, a realidade é que emergem e desenvolvem no jogo das forças sociais, compreendendo implicações econômicas, políticas e culturais.

Professor do Departamento de Sociologia do IFCH-UNICAMP

Tudo isso é o que também se evoca quando se mencionam emblemas tais como os seguintes: Oriente Médio, África do Sul, Índia, Rússia, Estados Unidos, Europa, América Latina, Caribe; ou Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo; ou ainda Centro e Periferia; para não repetir Ocidente e Oriente. Em todas as nações e nacionalidades envolvidas nesses emblemas há problemas raciais, pouco evidentes ou agudos, antigos ou recentes, que se desenvolvem mas não se resolvem. Aí mesclam-se diversidades e desigualdades de todos os tipos, compreendendo inclusive as religiosas e lingüísticas, mas sempre envolvendo alguma forma de racialização das relações sociais. São realidades sociais às vezes extremamente complexas e inextricáveis, produzidas ao longo de migrações, escravismos e outras formas de trabalho forçado, convívios pacíficos, conflitos inesperados, progrons, genocídios, revoluções, guerras. São realidades carregadas de história, com marcas profundas na geografia, compostas de diversas ou inúmeras camadas “arqueológicas” de pretéritos próximos e remotos, vivos e mortos. “Hoje, por todos os lados, a etnicidade é a causa da desagregação de nações. A União Soviética, Iugoslávia, Índia, África do Sul estão todas em crise. As tensões étnicas perturbam e dividem Sri Lanka, Burma, Etiópia, Indonésia, Iraque, Líbano, Israel, Chipre, Somália, Nigéria, Libéria, Angola, Sudão, Zaire, Guiana, Trindade e outras nações. Mesmo nações estáveis e civilizadas como a Inglaterra e a França, a Bélgica, Espanha e Tchecoslováquia enfrentam crescentes perturbações étnicas e raciais. O tribalismo (...), adormecido por anos reacende para destruir nações” (Shlesinger Jr., 1992, p. 10-11) ¹.

Vale a pena reconhecer que os problemas raciais, parecendo multiplicados e exacerbados na segunda metade do século XX, podem ser vistos em toda a sua originalidade se examinados em perspectiva mundial. Sem prejuízo das suas manifestações e dos seus significados locais, nacionais e regionais, é inegável que a perspectiva mundial pode enriquecer e, talvez, inovar a reflexão sobre os seus significados e suas implicações. A despeito das suas singularidades, em termos de nações e nacionalidades, xenofobias e etnicismos, nacionalismos e racismos, os problemas raciais podem ser vistos também em perspectiva ampla, geo-histórica, como manifestações de movimentos e configurações da sociedade global em formação. “Uma pesquisa global demonstra que a consciência étnica está realmente em ascensão, como uma força política; e que as fronteiras dos estados nacionais, conforme se acham presentemente desenhadas, estão sendo crescentemente desafiadas por essa tendência. E, o que é da maior importância, as nações multiétnicas, em todos os níveis de modernização, têm sido afetadas. Quanto a isto, é particularmente indicativo que muitos estados nacionais, no âmbito da economia e tecnicamente avançada região da Europa Ocidental, recentemente têm sido perturbados por inquietações étnicas” (Connor, 1972, p. 327). Em outras nações, nas diversas partes do mundo, também multiplicam-se as manifestações de inquietação, reivindicação, tensão, perseguição, conflito e outras. “A Tailândia enfrenta hoje movimentos separatistas por parte de tribos

¹ Consultar também Balibar & Wallerstein (1990) e Moynihan (1994).

das montanhas no norte, o Laus no nordeste e a Malásia no sul. Semelhantemente, como resultado da crescente presença do governo central, a despeito de seus três mil anos de história, a Etiópia também está enfrentando alguns movimentos étnicos separatistas”(Connor, 1972, p. 329).

As migrações transnacionais, intensificadas e generalizadas nas últimas décadas do século XX, expressam aspectos particularmente importantes da problemática racial, visto como dilema também mundial. Deslocam-se indivíduos, famílias e coletividades para lugares próximos e distantes, envolvendo mudanças mais ou menos drásticas nas condições de vida e trabalho, em padrões e valores socioculturais. Deslocam-se para sociedades semelhantes ou radicalmente distintas, algumas vezes compreendendo culturas ou mesmo civilizações totalmente diversas. Além dos que migram pela primeira vez, realizando uma experiência difícil, traumática ou reveladora, há os migrantes descendentes de migrantes. São indivíduos, famílias ou coletividades que já possuem alguma idéia do movimento, do significado das fronteiras, das possibilidades da transculturação. Assim se diversificam e multiplicam as experiências e as vivências, as surpresas e os horizontes. Tudo o que parecia “natural”, único, indiscutível ou definitivo logo se revela relativo, discutível, problemático; ou revela-se o momento em que se abre a pluralidade de perspectivas para uns e outros. “Na complexa teia das suas relações sociais, os transmigrantes organizam e criam múltiplas e fluidas identidades, baseadas simultaneamente em suas sociedades de origem e nas adotivas. Enquanto que alguns migrantes identificam-se mais com uma sociedade do que com a outra, a maioria parece desenvolver várias identidades, relacionando-se simultaneamente com mais de uma nação. Ao manter muitas e diferentes identidades raciais, nacionais e étnicas, os transmigrantes tornam-se aptos para expressar as suas resistências às situações econômicas e políticas globais que os envolvem, bem como para se ajustarem às condições de vida marcadas pela vulnerabilidade e a insegurança. Estes migrantes expressam esta resistência em pequeno, em práticas cotidianas, que habitualmente não desafiam ou nem mesmo reconhecem as premissas básicas dos sistemas que os envolvem e ditam as condições da sua existência. Como os transmigrantes vivem simultaneamente em diversas sociedades, suas ações e crenças contribuem para a contínua e múltipla diferenciação. A criouliização... não é somente um produto de uma intensificada distribuição mundial de sistemas (de referência), mas também um produto desta dinâmica envolvida na migração e diferenciação... Na economia globalizada desenvolvida ao longo das últimas décadas, há uma convicção de que nenhum lugar é verdadeiramente seguro, embora o indivíduo tenha acesso a muitos lugares. Uma forma dos migrantes manterem suas opções abertas é transladarem-se continuamente, de uma posição econômica e social conquistada em um ambiente político para outra posição política, social e econômica em outro ambiente”(Schiller & Basch & Blanc-Szanton, 1992, p. 11-12)².

Note-se que as migrações transnacionais, nos moldes em que

² Consultar também Isaac (1947).

ocorrem na segunda metade do século XX, expressam vários processos importantes, além dos movimentos da força de trabalho no mercado mundial. Expressam inquietações, tensões e lutas envolvendo nações e nacionalidades, religiões e línguas, crise de regimes políticos e declínio de estados nacionais, nova divisão transnacional do trabalho e da produção o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na cidade e no campo. A rigor, está em curso um vasto processo de urbanização do mundo, simultaneamente aos desenvolvimentos de um sistema produtivo disperso pelos continentes, ilhas e arquipélagos, tudo isso implicando na crescente dissolução do mundo agrário; ou generalizada urbanização, como modo de vida. Esse o contexto em que se inserem as migrações transnacionais, bem como a emergência e a ressurgência de problemas raciais.

As migrações transnacionais provocam reações particularmente fortes, em geral preconceituosas ou mesmo agressivas, nos países mais ricos ou dominantes, tais como os Estados Unidos e os que compõem a Europa Ocidental. Reagem negativamente à entrada de trabalhadores provenientes do antigo terceiro mundo e também do ex-segundo mundo. Apela às tradições nacionais, aos valores morais, às identidades ou aos fundamentalismos culturais, para barrar, tutelar, submeter, controlar ou expulsar asiáticos, escravos, árabes, africanos, caribenhos e outros. Falam em xenofobias e etnicismos, quando praticam fundamentalismos e racismos.

A intolerância manifesta-se nos Estados Unidos e no Japão, além da França, Inglaterra, Alemanha, Itália e outros países da Europa Ocidental. “A construção da Europa é um processo de duas faces. Assim como as fronteiras internas europeias tornam-se progressivamente mais permeáveis, as fronteiras externas são cada vez mais rigidamente fechadas. Rigorosos controles legais são postos em prática para excluir os que passaram a ser chamados de imigrantes extracomunitários, com os partidos de direita pedindo apoio eleitoral à base do slogan ‘fora estrangeiros!’”. Há a preocupação de que os europeus precisam desenvolver um sentido de cultura participada e de identidade de propósitos, a fim de fornecer o suporte ideológico para o êxito da união econômica e política europeia (...) Em contraste com isso, os imigrantes, em especial os do Sul pobre (e mais recentemente os do Leste) que buscam abrigo no Norte rico têm sido vistos em toda a Europa Ocidental como indesejáveis, estrangeiros ameaçadores, estranhos (...) Há uma propensão crescente, no meio popular europeu, para atribuir todos os males econômicos resultantes da recessão e dos reajustes capitalistas – desemprego, escassez de habitação, crescente delinquência, deficiências dos serviços sociais – aos imigrantes, os quais carecem dos ‘nossos’ valores morais e culturais...” (Stolcke, 1995, p. 11-12).

É indispensável reconhecer que um dos elementos básicos das migrações transnacionais é a super-população. Há lugares, países ou regiões em que pode ocorrer o excedente de população, se tomamos em conta as condições reais de vida e trabalho, ou o estado das forças produtivas e das

relações de produção; da mesma maneira que em outros lugares, países ou regiões pode haver insuficiência de força de trabalho. No conjunto, no entanto, se tomamos em conta a globalização do capitalismo e a nova divisão transnacional do trabalho, tanto ocorrem intercâmbios e acomodações como se revelam excedentes mais ou menos notáveis de força de trabalho. Na época da globalização do capitalismo, decisivamente dinamizada pela microeletrônica, automação, robótica, telecomunicações, informática e outras tecnologias eletrônicas, tem ocorrido uma intensa e generalizada tecnificação dos processos de trabalho e produção. Esse o cenário em que ocorre a formação de uma superpopulação absoluta, e não apenas relativa. Esse o cenário em que se formam extensos contingentes de desempregados, ou das subclasses, em decorrência do desemprego estrutural. “A tendência geral da industrialização tem sido substituir a perícia humana pela perícia da máquina, trabalho humano por forças mecânicas, expulsando assim as pessoas do trabalho. (...) O crescente desemprego destas décadas (desde 1950) não foi meramente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos em maus momentos não voltam quando os tempos melhoram: nunca voltam” (Hobsbawn, 1995a, p. 413)³.

Ocorre que a dinâmica da reprodução ampliada do capital faz com que o capital constante, investido em máquinas e equipamentos, cresça em escala proporcionalmente maior do que o capital variável, destinado à compra de força de trabalho. Daí resultam freqüentes surtos de superpopulação, quando uma parte dos trabalhadores se torna residual ou excedente. “É certo que ao crescer o capital total, cresce também o capital variável e, portanto, a força de trabalho absorvida por ele, mas em uma proporção constantemente decrescente. (...) A acumulação capitalista produz constantemente, em proporção à sua intensidade e à sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, isto é, uma população operária residual ou excedente” (Marx, 1946/1947, p. 711).

Há conjunturas, ou ciclos, de desenvolvimento da reprodução ampliada do capital em que a superpopulação pode ser definida como relativa. Uma superpopulação que se forma e dissolve na dinâmica de reprodução. Mas pode haver conjunturas, ou ciclos, em que os desenvolvimentos da reprodução ampliada do capital produzem uma superpopulação absoluta; isto é, uma superpopulação composta de um contingente relativo, que se forma e dissolve, e um contingente que não encontra possibilidades de emprego, que nunca volta. Conforme ocorre no capitalismo globalizado, quando a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho, nessa época um contingente pode tornar-se permanentemente residual ou excedente. Nessa época agrava-se a questão social. Mesclam-se e dinamizam-se as tensões sociais, umas vezes manifestando-se no âmbito do desemprego estrutural, outras aparecendo em fundamentalismos, xenofobias, etnicismos ou racismos.

Esta é uma longa história, começando com os grandes descobrimentos marítimos e desenvolvendo-se através do mercantilismo,

³ Consultar também Barnett & Cavanagh (1994, esp., parte 3: *The Global workPlace*).

colonialismo, imperialismo, transnacionalismo e globalismo. De tal modo que no fim do século XX a África, Oceania, Ásia, Europa e Américas continuam desenhadas no mapa do mundo e no imaginário de todo o mundo como uma multiplicidade de etnias ou raças distribuídas, classificadas ou hierarquizadas de formas muitas vezes extremamente desiguais⁴.

No século XX tem ocorrido várias ondas de racialização do mundo. Tanto a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, como a guerra fria, são épocas de intensa e generalizada racialização das relações entre coletividades, tribos, povos, nações ou nacionalidades. Na medida em que as guerras mesclam-se e desdobram-se em revoluções nacionais ou revoluções sociais, tornam-se ainda mais acentuadas as desigualdades, divergências e tensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismos ou os racismos. Ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero, emergem ou reaparecem os preconceitos raciais.

Ocorre que “raça”, ao lado de “casta”, “classe” e “nação”, tornou-se uma categoria freqüentemente utilizada para classificar indivíduos e coletividades, por meio da qual procura-se distinguir uns e outros, nativos e estrangeiros, conhecidos e estranhos, naturais e exóticos, amigos e inimigos. Essa é uma história antiga. “A raça, como a classe e a nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais. Todas três devem ser olhadas como modos de categorização que foram sendo cada vez mais utilizados à medida que um maior número de europeus se apercebeu da existência de um crescente número de pessoas ultramarinas que pareciam ser diferentes deles. E porque o seu continente atravessou em primeiro lugar o processo de industrialização e era muito mais poderoso que os outros, os europeus impuseram inconscientemente as suas categorias sociais aos povos que em muitos casos agora as adotaram como suas. É obvio que o contato entre os aventureiros e colonizadores europeus e os povos da África, América e Ásia foi importante para o desenvolvimento europeu das categorias raciais. É também evidente que o interesse material dos europeus na exploração desses contatos influenciou provavelmente essas categorias” (Banton, 1979, p. 24)⁵.

Sim, essa é uma história antiga. Começa principalmente com o mercantilismo, ou a acumulação originária, e desenvolve-se pelos séculos seguintes, alcançando tribos, nações e nacionalidades. Em diferentes modalidades, conforme os conquistadores europeus sejam portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses ou outros, as mais diversas e distantes tribos, nações e nacionalidades foram sendo alcançadas, conquistadas, associadas, subordinadas ou classificadas. Em alguns séculos, todo o mundo foi desenhado e todos os povos classificados: selvagens, bárbaros e civilizados, povos históricos e povos sem história, nações industrializadas e nações agrárias, modernas e arcaicas, desenvolvidas e subdesenvolvidas, centrais e periféricas. “Nos tempos modernos, representantes do mundo ocidental partiram para outras partes do globo armados de poderosa tecnologia,

⁴ Cf. Frazier (1957); Cox (1970); Panikkar (1977); Isaac (1947); Wolf (1982); Davis (1970); Morner (1967).

⁵ Consultar também Banton (1967); Ianni (1988b).

acompanhada de poderosas formas de organização do trabalho e comércio, e com determinação de atrair recursos, terra e povos para a sua grande economia mundial. Se fossem necessárias revoluções políticas e sociais para produzir revoluções industriais, não hesitariam em realizá-las. Em geral, no entanto, eles têm sido apenas parcialmente conscientes dos efeitos catastróficos dos que consideram meramente ‘fazer negócios’. Assim, os mais importantes contatos culturais dos tempos modernos têm produzido a revolução industrial, uma revolução nas formas de trabalho e nas instituições relativas ao trabalho, para uns e outros dos povos envolvidos. Simultaneamente, as revoluções industriais criaram fronteiras étnicas e raciais, pois, em nenhuma região industrial importante do mundo um único grupo étnico forneceu o total da força de trabalho, desde os dirigentes ao trabalho não qualificado (...) Tudo funcionou com, e desenvolveu posteriormente, o complexo de instituições conhecidas como capitalismo. (...) Uma observação interessante e aparentemente paradoxal é que a indústria capitalista moderna, que desenvolveu uma ideologia forte e às vezes brutal de indiferença pelas pessoas, de preferência pela melhor mercadoria, pelo melhor indivíduo para a tarefa, e que tem demonstrado grande ímpeto, quase uma missão, para banir crenças, costumes e instituições que se antepõem no caminho do desenvolvimento industrial, essa indústria deveria também tornar-se – e não meramente, como seria de se esperar – uma agressiva e espetacular mescladora de povos, além de um grande e às vezes teimoso agente de discriminação étnica e racial e um viveiro de doutrinas e estereótipos” (Hughes & Hughes, 1952, p. 61-62 e 66-67)⁶.

Quando se combinam industrialização, urbanização, secularização da cultura e do comportamento, racionalização das ações sociais e das instituições, mercado, produtividade, competitividade, individuação e individualismo possessivo, como ocorre habitualmente no capitalismo, o resultado pode ser um ambiente social explosivo. Aí tendem a multiplicar-se as desigualdades sociais, juntamente com a divisão do trabalho social, com a hierarquização de *status* e papéis, com a distribuição desigual do produto do trabalho social. Esse o ambiente em que indivíduos, famílias, grupos e classes, ou maiorias e minorias, inseridos na trama das relações sociais, ou no jogo das forças sociais, podem tanto integrar-se como tensionar-se e fragmentar-se. Ocorre que a disputa no mercado, a luta para a realização de objetivos e interesses individuais ou coletivos, as possibilidades de lucros e perdas, bem como de emprego e desemprego, tudo isso incute no modo de ser de uns e outros a busca de vantagens, condições de segurança, ganhos materiais e espirituais, prerrogativas, privilégios. Esse o ambiente dos preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, machismos, anti-semitismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos.

Dentre as muitas articulações e tensões que se constituem e desenvolvem com a globalização, cabe um significado particularmente importante à questão racial. Sob vários aspectos, a questão racial revela-se uma dimensão fundamental da globalização. Diz respeito às diversidades

⁶ Consultar também Hnter (ed.) (1965).

étnicas presentes em praticamente todas as nações, em todos os continentes, ilhas e arquipélagos. Envolve os movimentos de população, em termos de mercados locais, nacionais, regionais e mundiais de força de trabalho, o que aparece amplamente nas migrações que atravessam os anos, as décadas e os séculos.

Desde que se intensificam e generalizam as relações, os processos e as estruturas que constituem a globalização, logo se manifestam as articulações e as tensões relativas às diversidades e desigualdades raciais. Agravam-se e generalizam-se xenofobias, etnicismos, preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, anti-semitismos, racismos e fundamentalismos, sempre envolvendo as diversidades e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais que alimentam e desenvolvem as mais diversas formas de racismo.

Vista em perspectiva ampla, simultaneamente histórica e geográfica, a população mundial se distribui não só em muitas nações e nacionalidades, mas também em muitos grupos e coletividades, compreendendo castas, estamentos e classes; e tudo isso permeado de diversidades, identidades e antagonismos étnicos ou raciais. Trata-se de um panorama extremamente diversificado, no qual se mesclam situações polarizadas e intermédias, estabilizadas e precárias, integrativas e conflitivas. São polarizações e mediações que obviamente envolvem não só modos de vida e trabalho como também instituições, padrões e valores socioculturais bastante diversificados. Em perspectiva ampla, simultaneamente histórica e geográfica, a população mundial está atravessada por tendências de integração e fragmentação, dentre as quais sobressaem os problemas raciais.

Neste ponto cabe um esclarecimento indispensável, ainda que em forma breve. “Etnia” é o conceito científico habitualmente utilizado para distinguir os indivíduos ou as coletividades por suas características fenotípicas; ao passo que “raça” é o conceito científico elaborado pela reflexão sobre a dinâmica das relações sociais, quando se manifestam estereótipos, intolerâncias, discriminações, segregações ou ideologias raciais. A “raça” é construída socialmente no jogo das relações sociais. São os indivíduos, grupos ou coletividades que se definem reciprocamente como pertencente a “raças” distintas⁷.

Sim, a questão racial deixou de ser apenas ou principalmente nacional, transbordando muitíssimo as fronteiras geográficas, sociais, políticas e culturais das nações, em todo o mundo. Ainda que prevaleçam muitas das suas características nacionais, surgiram outras de âmbito regional e mundial. Mais do que isso, as suas características nacionais mudam de significado, na medida em que estão sendo crescentemente influenciadas pelas relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala mundial.

Quando vistas em suas implicações sociais e culturais, as guerras e as revoluções do século XX envolvem também problemas raciais. Além de envolverem nações, nacionalidades, regimes políticos, geopolíticos, classes sociais, grupos sociais e religiões, com frequência envolvem aspectos mais ou

⁷ Cf. Park (1950); Fernandes (1978); Banton (1979); Ianni (1988a).

menos importantes da problemática racial. A despeito do predomínio de interesses e objetivos econômicos e políticos, sempre envolvem problemas sociais, culturais e raciais, além de outros. Foi assim com a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, bem como com a guerra fria. Também foi assim com as guerras e revoluções por meio das quais realizou-se a descolonização na África, Ásia, Oceania e dos remanescentes coloniais na América Latina e Caribe. “O problema do século XX – disse o famoso líder negro americano William E. Bughardt Du Bois, em 1990 – é o problema da barreira de cor, a relação das raças mais escuras com as mais claras, dos homens na Ásia e África, na América e nas ilhas do mar. Foi uma notável profecia. A história do século atual foi marcada, simultaneamente, pelo impacto do Ocidente na Ásia e na África e pela revolta da Ásia e da África contra o Ocidente. O impacto foi o resultado, acima de tudo o mais, da ciência e indústria ocidentais, que, tendo transformado a sociedade ocidental, começaram a ter, num ritmo crescente, os mesmos efeitos criadores e deletérios sobre as sociedades de outros continentes; a revolta foi uma reação contra o imperialismo que atingira seu auge no último quartel do século XIX. Quando principiou o século XX, o poderio europeu na Ásia e na África mantinha-se no apogeu; nenhuma nação, assim parecia, estava em condições de fazer frente à superiordade das armas e comércio europeus. Sessenta anos depois, apenas restavam alguns vestígios do domínio europeu. Entre 1945 e 1960, nada menos de quarenta países, com população de 800 milhões – mais de um quarto dos habitantes do mundo – revoltaram-se contra o colonialismo e obtiveram suas independências. Jamais, em toda a história da humanidade, ocorrera uma inversão tão revolucionária, a uma tal velocidade” (Barraclough, 1976)⁸.

Esse o contexto em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desenvolveu, a partir de 1948, todos os seus programas de debates e estudos sobre as tensões e os conflitos, tendo em vista a “compreensão internacional”, e destacando-se o programa de estudos sobre as tensões raciais. Em vários momentos a UNESCO reuniu cientistas e pensadores, originários de diferentes países e inspirados em distintas perspectivas científicas e filosóficas, de modo a refletir sobre as tensões raciais. As declarações de 1950, 1951, 1964 e 1967 sintetizam muito bem a preocupação com essa problemática e o empenho em diagnosticar e combater as manifestações de xenofobia, etnocentrismo, anti-semitismo e todas as formas de racismo, presentes e ativas em escala local, nacional, regional e mundial⁹.

Note-se, no entanto, que as implicações raciais das guerras e revoluções continuam a desenvolver-se posteriormente, independentemente do desfecho das lutas travadas. Os problemas raciais, com as suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, continuam a desenvolver-se na África do Sul, Índia, Indonésia, Caribe e Oriente Médio, entre outras nações e regiões. Também no Leste Europeu, na Rússia, na China e no Japão, assim como nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental eles se criam ou ressurgem. Na trama das relações sociais, tanto se criam e recriam as diversidades e as

⁸ Consultar também Césaire (1955); Urquhart (1989).

⁹ Cf. Klineberg (1951); Cantril (1951); UNESCO (1973); Bernard & Pear & Aron & Angell (1957).

identidades como as desigualdades. A fábrica da sociedade, em níveis micro, macro e meta, produz todo o tempo a modificação e a reiteração, a integração e a fragmentação, a complementaridade e a antinomia ou a harmonia e a contradição.

Logo que desaba o bloco soviético, quando se movimentam mais abertamente os vários setores da sociedade civil em cada nação e debilita-se o Estado como núcleo e síntese da sociedade, nessa ocasião eclodem os nacionalismos, localismos, provincianismos, fundamentalismos, etnicismos e racismos. O mesmo processo de desagregação política e econômica é também de desagregação social e cultural. Em pouco tempo, desintegram-se nações e nacionalidades no Leste Europeu e na Rússia. Multiplicam-se as novas repúblicas eslavas ou islâmicas, orientais ou europeizantes. É o que acontece com a Iugoslávia, a Tchecoslováquia e a Rússia; sendo que em alguns casos as novas repúblicas também são atravessadas por movimentos de desintegração mais ou menos radicais, quando se afirmam identidades e diversidades, muitas vezes com base em vivências e ilusões pretéritas. Está em curso nova onda de racialização do mundo.

Multiplicam-se as ressurgências de movimentos nacionais e de nacionalidades, preconizando autonomia, independência, autogoverno ou federalismo. São ressurgências que envolvem aspectos não só históricos e geográficos mas também culturais, religiosos, lingüísticos, étnicos ou raciais, além das implicações sociais e outras. São ressurgências nas quais manifestam-se reivindicações e ressentimentos recentes e remotos, preconizando a afirmação de identidade, territórios, línguas, religiões, histórias, tradições, heróis, santos, monumentos e ruínas.

A Iugoslávia pode ser tomada como uma exceção, mas também pode ser vista como um caso emblemático, no sentido em que expressa em grau externo algo que está presente e latente em muitas outras sociedades nacionais. “Econômica, social e culturalmente, o novo Estado era um dos países mais diversificados e heterogêneos da Europa. Sua população era composta dos oito mais numerosos e cerca de vinte menores grupos étnicos, sendo que os sérvios eram o maior grupo, seguidos pelos croatas; falando quatro línguas, tais como sérvio-croata, esloveno, macedônio e albanês, praticando três religiões (católica, ortodoxa cristã e islâmica) e escrevendo em duas línguas (latim e cirílico), além de suas amplas diferenças sociais, culturais e econômicas. Essas diferenças desempenharam um papel importante nos acontecimentos subsequentes e contribuíram para o aumento das rivalidades e das divisões entre as diferenças nacionalidades e regiões” (Hashi, 1992, p. 41-42).

Na Rússia multiplicaram-se os movimentos de nações e nacionalidades reivindicando independência, autonomia, autogoverno ou federalismo. Com a mudança do regime político, a transição do planejamento econômico centralizado para a economia de mercado, a proliferação de partidos políticos e a multiplicação de correntes de opinião pública, ocorre toda uma drástica alteração do desenho do mapa, das fronteiras internas e externas, das

identidades, diversidades e fidelidades. Um verdadeiro terremoto, simultaneamente social, econômico, político e cultural, por meio do qual a Rússia, ou a ex-União Soviética, assim como ocorre com os países da Europa Central, que faziam parte do bloco soviético; um terremoto por meio do qual ressurgem nações e nacionalidades, religiões e línguas, territórios e geografias, histórias e tradições, identidades e fundamentalismos, etnicismos e racismos.

Esse o contexto em que se recoloca a questão nacional em toda uma vasta parte do mapa do mundo, quando emergem problemas recentes e antigos, em uma escala com frequência abrupta e violenta, como se as nações estivessem aparecendo pela primeira vez na geografia e na história. “Tanto a gradual desagregação da União Soviética como Estado, como a fragmentação final desse Estado em quinze novos e internacionalmente reconhecidos Estados, foram basicamente articulados e estruturados pela cristalização político-territorial de nacionalidades em repúblicas nacionais. Para que este Estado pragmaticamente maciço pudesse desaparecer de forma comparativamente ordenada, deixando de existir como sujeito da lei internacional e desfazendo-se como unidade administrativa, isto foi possível principalmente porque as unidades sucessoras já existiam como quase-nações-estados internos, com território fixos, nomes, legislaturas, pessoal administrativo, elites culturais e políticas e – não menos importante – o direito constitucional garantido de separar-se da União Soviética. Uma das ironias da história é que a desagregação da União Soviética foi decisivamente facilitada pelo que líderes e comentaristas ocidentais há muito haviam desprezado como ficção constitucional” (Brubaker, 1994, p. 61)¹⁰.

Em pouco tempo, esboroam-se fronteiras que pareciam cristalizadas, ao mesmo tempo que se recriam antigas ou criam novas. O que acontece de maneira mais ou menos espetacular na Rússia, na Iugoslávia e na Tchecoslováquia, parece possível, evidentemente em outros termos, no Canadá, Espanha, Índia, Sri Lanka, África do Sul e outras nações. Ainda que nem sempre haja fermentos de separatismo ou desagregação, é inegável que em muitos países há os ingredientes mais ou menos clássicos da questão nacional não resolvida. Juntamente com as diversidades, mais ou menos acentuadas e antigas, em lugar da emancipação ou integração, desenvolve-se a desigualdade ou fermenta-se a fragmentação. Muitos rebuscam identidades pretéritas ou inventam novas. “Depois da relativa estabilidade da guerra fria, pareceu-me que o mundo estava entrando em uma época de conflitos étnicos. Como as grandes estruturas formais se romperam e a ideologia perdeu sua influência, os povos teriam de retornar às suas identidades originais. Conflitos poderiam emergir com base nestas identidades. Na verdade o mundo já tinha sido levado a se defrontar com a expressão ‘limpeza étnica’ (...) Uma vez suprimida a poderosa força da ideologia supranacional, a etnicidade atacaria. Foi uma espécie de experimento não intencional, ao estilo da ciência natural: suprima um fator em dado momento e veja o que acontece. Assista a violação da Bósnia” (Moynihan, 1994, p. V)¹¹.

¹⁰ Consultar também Suny (1990); Lapidus (1984).

¹¹ Consultar também Segal (1967).

Acontece que a revolução burguesa raramente resolveu a questão nacional satisfatoriamente, tendo-se em conta os interesses das maiorias e minorias. Persistem e recriam-se as desigualdades sociais, culturais e raciais, além das políticas e econômicas. Em toda sociedade nacional o povo é uma estranha coletividade de cidadãos de várias e desiguais categorias, com participação às vezes extremamente desigual nos produtos das atividades nacionais. São muitas as sociedades em que a população ainda não se transformou em povo, entendido como uma coletividade de cidadãos, fato que muitas vezes aparece claramente nas ideologias raciais por meio das quais também se classificam, hierarquizam e discriminam racialmente indivíduos e coletividades¹².

O paradoxo está em que a desagregação dos blocos geopolíticos, formados com a segunda grande guerra mundial e a guerra fria, em conjugação com o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo pelo mundo, está promovendo a ressurgência da questão nacional. Quando se debilitam os estados nacionais preexistentes, que pareciam sólidos e consolidados, logo ocorrem ressurgências de nacionalismos, provincianismos, localismos, fundamentalismos, etnicismos e racismos. Juntamente com o vasto processo de globalização, desenvolve-se o de fragmentação. Ao mesmo tempo que se criam outras injunções e outros horizontes, em termos de transnacionalismo e cosmopolitismo, criam-se outras injunções e outros horizontes em termos de localismos, nacionalismos, racismos, fundamentalismos.

São vários e fundamentais os problemas raciais que se inscrevem no novo mapa do mundo, quando o capitalismo se torna global, como modo de produção e processo civilizatório. Eles se inserem mais ou menos profundamente nas guerras e revoluções, nas lutas contra as desigualdades sociais, nos ciclos de expansão e recessão das economias, nos movimentos transnacionais da força de trabalho, nos surtos de desemprego estrutural, nas manifestações de fundamentalismo religioso, na teia das caravanas turísticas, nos desenhos das fronteiras que se apagam ou recriam, nas redes dos meios de comunicação, nas produções da cultura de massa de âmbito nacional e mundial, no imaginário de uns e outros sobre nações e nacionalidades, religiões e línguas, etnias e raças, culturas e civilizações.

É verdade que a Oceania, a Ásia, a África, a Europa e as Américas estão mudando de figura. A aceleração e a generalização dos meios de comunicação estão transfigurando as dimensões dos espaços e as durações dos tempos. Mas a Oceania, a Ásia, a África, a Europa e as Américas continuam demarcadas no mapa do mundo, como culturas e civilizações, nações e nacionalidades, línguas e religiões, etnias e raças.

No fim do século XX, são muitas as populações ou as coletividades que são discriminadas, oprimidas ou mesmo dizimadas. O que tem ocorrido no longo de toda a história do mundo moderno, a começar pela invenção e conquista do Novo Mundo, passando pelos povos da África, Ásia e Oceania, continua a ocorrer no fim do século XX, nos mesmos continentes, ilhas e

¹² Connor (1972); Schlesinger Jr. (1992); Norbu (1992).

arquipélagos. Na Índia, China, Indonésia, África do Sul, Guatemala, Brasil, Rússia e outros países, continuam a desenvolver-se as tensões e os conflitos entre setores sociais dominantes e setores sociais subalternos; sendo que estes podem ser subordinados, oprimidos, perseguidos ou mesmo dizimados, no que em geral estão presentes as mais diversas manifestações de intolerância racial.

São numerosas as tribos e as nacionalidades, envolvendo diversidades culturais, religiosas, lingüísticas, étnicas ou raciais, que continuam a lutar por melhores condições de vida e trabalho, em diferentes nações, ou que lutam pela autodeterminação: os sikhes na Índia e os tamils no Sri Lanka; os bascos e os catalães na Espanha; os quebequeneses no Canadá; as diversas nacionalidades ativas na Rússia e em outros países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI); as diversas nacionalidades ativas na ex-Iugoslávia; os problemas étnicos na China; e muitos outros. Sem esquecer as reivindicações sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, lingüísticas e outras de populações nativas em muitos países da África, Ásia, Oceania, Américas e Europa. Antigas comunidades, tribos e nacionalidades continuam a manifestar a sua insistência e o seu empenho na conquista da identidade, autogoverno ou federalismo.

Dentre os inúmeros casos que continuam a observar-se no mundo todo, cabe um exemplo. O caso do povo curdo, ou da nacionalidade curda, é particularmente ilustrativo. Ocorre no Oriente Médio, envolve várias nações, implica vários imperialismos e permanece insolúvel; isto é, o povo curdo continua discriminado, oprimido e perseguido, além de padecer contínuas operações de violência por parte de governos ou setores sociais das nações em que se encontram. Os curdos formam a quarta maior nacionalidade do Oriente Médio. Há muito lutam para ser reconhecidos como nação, mas continuam a ser controlados ou perseguidos nos vários países em que se localizam, principalmente Irã, Iraque e Turquia. Na última década do século XX continuam a lutar pela autodeterminação, mas sem êxito, dada a intransigência daqueles países e, muito provavelmente, ao modo pelo qual alguns setores dominantes europeus, russos e norte-americanos desenvolvem a sua “diplomacia” na região. O que ocorre na atualidade, em outros termos também ocorreria no passado. “Os ingleses ajudaram a fomentar perturbações no Curdistão turco nos anos 20; os americanos e os israelenses apoiaram os curdos contra o regime iraquiano nos anos 70; os sírios têm periodicamente ajudado os curdos contra a Turquia e o Iraque. Sob o Xá e os aiatolás, o Irã mobilizou os curdos na luta geopolítica do Irã contra o Iraque. E Bagdá, por seu lado, regularmente tem apoiado os curdos iranianos contra a República Islâmica. Quase que invariavelmente, no entanto, os curdos têm sido abandonados, assim que tenham servido aos objetivos imediatos de potências estrangeiras”(Fuller, 1993, p. 108).

Em todos esses países, a nacionalidade curda continua a ser um problema importante, com frequência dramático ou mesmo trágico. O preconceito e a intolerância, muitas vezes estimulados por motivos geopolíticos,

são ingredientes ativos de um dos vários e graves problemas étnicos e raciais do Oriente Médio; problemas esses evidentemente sempre mesclados com problemas sociais, econômicos, políticos e culturais.

A despeito da prevalência do etnicismo e do racismo na questão curda, continuam as reivindicações dos curdos e continuam os movimentos de solidariedade a eles, inclusive nos países em que são discriminados e oprimidos. “Do mesmo modo que não pode haver um jardim com uma só flor, ou uma orquestra com um só instrumento, não podemos esperar que todos os cidadãos da Turquia pensem de uma única forma. Do mesmo modo que em um jardim as flores que têm cores diferentes podem, sob vigilância de um jardineiro experimentado, viver na diversidade das cores e dos perfumes, os povos turco e curdo têm a possibilidade de conviver no respeito de suas respectivas identidades e culturas. Do mesmo modo que, numa orquestra as dezenas de vozes e instrumentos, podem, sob a direção de um maestro competente, combinar-se, os povos turco e curdo têm o direito de levar uma existência multicolorida e polifônica. Se as gentes anseiam por usar a sua língua materna nas escolas e nas televisões, não há o que temer, pois cabe reconhecer que o que está em causa é o mais natural dos direitos dos cidadãos deste Estado”¹³.

O transculturalismo é uma condição e um produto das migrações transnacionais, dos movimentos dos indivíduos, famílias, grupos, coletividades, sempre envolvendo diferentes etnias e distintos elementos culturais. Ao mesmo tempo que se formam bolsões, enclaves ou guetos, também multiplicam-se os contatos, intercâmbios, mesclas, hibridações, mestiçagens ou transculturações. Criam-se novos contextos socioculturais, outras possibilidades de produção material e espiritual, contextos esses nos quais multiplicam-se as diversidades, desigualdades, intolerâncias, tensões, xenofobias, etnicismos e racismos. Em todos os níveis, e sob as mais diversas e contraditórias formas, desenvolve-se a transculturação, envolvendo os mais diversos e distintos signos culturais, passando por instituições, padrões e valores, desde os religiosos aos lingüísticos, da ética do trabalho ao sistema de parentesco, do culto das tradições ao interesse pelas inovações¹⁴.

Essa é uma longa história. Desde os primórdios do capitalismo está em curso um vasto processo de transculturação, envolvendo tanto tribos, nações e nacionalidades como culturas e civilizações. As grandes navegações marítimas, o descobrimento, a invenção e a conquista do Novo Mundo, a instalação de postos, feitorias, enclaves e colônias na Ásia, Oceania e África, além dos vai-e-vens dos contatos, tensões e lutas que ocorrem continuamente na própria Europa, tudo isso envolve sempre a transculturação. A despeito da conquista, violência e destruição de criações culturais de todos os tipos e em todo o mundo, envolvendo a cultura material e espiritual, a despeito da intensa e generalizada destruição que os europeus e outros povos espalharam pelo mundo, sempre ocorreu e continua a ocorrer a transculturação. Há sempre intercâmbios, permutas, mesclas, hibridações, mestiçagens e outras manifestações da maior importância nas configurações e nos movimentos das

¹³ Orhan Dogan, deputado que teve cassados os seus direitos políticos na sessão do dia 2 de março de 1994 da Grande Assembleia Nacional Turca, conforme “La diversité des couleurs et des parfums”, *Le Monde Diplomatique*, nº 483, Paris, junho de 1994, p. 11.

¹⁴ Cf. Ortiz (1940, esp. cap. II); Malinowski (1982); Rama (1982); Bastide (1960).

comunidades e sociedades, ou das tribos, nações e nacionalidades. As mais diversas culturas e civilizações que compõem o mapa do mundo são postas em contato, intercomunicam-se, tensionam-se, mutilam-se e transformam-se. Mesmo quando há reações tradicionalistas, quando procuram fechar-se aos intercâmbios mais arriscados ou agressivos, mesmo nesses casos a reafirmação de instituições, padrões e valores socioculturais implica em alguma mudança¹⁵.

Conforme demonstra a história das numerosas tribos, nações e nacionalidades que povoam a geografia dos continentes, ilhas e arquipélagos, sempre se manifestam movimentos no sentido de afirmar a singularidade desta ou daquela coletividade, deste ou daquele povo, com as peculiaridades de sua cultura material e espiritual. O mesmo processo de transculturação gera processos de diferenciação, reafirmação de identidades, recuperação de tradições, glorificação de santos e heróis, eleição de monumentos e ruínas. Tanto é assim que o transculturalismo está atravessado de localismos, nacionalismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos. São muitos os processos que se desenvolvem simultaneamente à transculturação, em geral indicando formas de afirmação, recuperação ou invenção de identidades. Em todas as conjunturas em que se multiplicam e intensificam os intercâmbios sociais, culturais, econômicos e políticos, há sempre manifestações de autodefesa, refúgio, isolamento ou fuga. “É verdade que, ao mesmo tempo em que o mundo se globaliza, enquanto a escala de economia e da administração dos negócios fica mais vasta e mundial, existe uma tendência psicológica das pessoas de olhar para algumas coisas com as quais elas possam se identificar, uma espécie de refúgio da globalização” (Hobsbawn, 1995b, p. 7).

Esse é o contexto em que se reabre o debate sobre identidade e alteridade, ou diversidade. Uns buscam e rebuscam a identidade pretérita ou imaginária, a caminho da nostalgia; outros a identidade futura, possível ou imaginária, a caminho da utopia. Mas há os que reconhecem que a identidade é somente um momento da consciência social, algo presente e evidente, mas episódico, fugaz. Reconhecem que a identidade pode ser diferenciada, múltipla, contraditória, em movimento. Ao mesmo tempo que se afirma um modo de ser, mobilizam-se relações e elementos culturais, formas de agir, sentir e pensar alheios, com os quais se busca afirmar ou imaginar a identidade, individual ou coletiva. Mas sempre essa consciência-em-si está sujeita a transfigurar-se em algo diverso, quando se forma a consciência-para-si. “Aqueles que estão fechados dentro de uma sociedade, de uma nação ou de uma religião, tendem a imaginar que sua própria maneira de viver e de pensar tem validade absoluta e imutável e que tudo que contraria seus padrões é, de alguma forma, ‘anormal’, inferior e maligno. Aqueles que, por outro lado, vivem dentro dos limites de várias civilizações compreendem mais claramente o grande movimento (...)” (Deutscher, 1970, p. 36)¹⁶. Podem conceber a realidade como dinâmica, plural, multicolorida e polifônica.

No âmbito da sociedade global, tanto se desenvolve a integração como fragmentação. As mesmas relações, processos e estruturas que expressam

¹⁵ Cf. Frazier (1957); Banton (1967); Lévi-Strauss (1975); Fanon (1983); Memmi (1967).

¹⁶ Consultar também Arendt (1996, esp. parte I).

a globalização produzem e reproduzem diversidades e desigualdades, convergências e tensões, interdependências e contradições. Na medida em que a globalização abala os quadros sociais e mentais de referência, os dilemas e as perspectivas parecem multiplicar-se, afetando práticas e convicções, hábitos e ilusões. O que parecia estável, definido, cristalizado, ou mesmo resolvido, logo se manifesta difícil, problemático ou inquietante. Em lugar do fim da geografia e da história, o choque de civilizações; em lugar da nova ordem mundial, as guerras e revoluções.

Esse o cenário em que a questão racial adquire características surpreendentes, que pareciam impossíveis. Em pouco tempo, ocorre uma nova onda de racialização do mundo. Sociedades nacionais que pareciam integradas, de repente revelam-se desagregadas. Surgem etnicismos e racismos desconhecidos, além dos que estavam adormecidos. As tensões raciais atropelam as tensões de classes, complicando ainda mais as tendências de integração e as manifestações de fragmentação. Em pouco tempo, muitos se mostram preocupados, quando não literalmente assustados, com as “guerras” de raças e o “pandemônio” étnico abalando fronteiras reais e imaginárias.

Vistos em perspectiva histórica e geográfica, os problemas raciais que se manifestam em todo o mundo logo suscitam o contraponto “raça” e “classe”, além de envolver, em muitos casos, também a “casta” ou o “estamento”. Essas são categorias por meio das quais têm sido taquigrafadas características reais ou imaginárias de indivíduos, famílias, grupos e povos. Aliás, a “nação”, “classe”, “casta”, “estamento” e a “raça”, entre outras, são categorias freqüentes em todo o mundo, ainda que em diferentes conotações; mas sempre utilizadas para classificar as características reais e imaginárias de indivíduos, tribos, povos, nacionalidades e nações. Estas categorias sintetizam, para uns e outros, o modo pelo qual concebem a si mesmos e aos outros. É como se fosse um “linguagem” comum, mais ou menos universalizada, que permite delimitar, localizar e classificar as diversidades e desigualdades que se constituem na dinâmica da realidade social, em escala local, nacional, regional ou mundial.

Em alguma medida, o que se pode observar mais ou menos claramente no fim do século XX, todas as sociedades nacionais estão estruturadas em classes sociais, além das diversidades étnicas, da distribuição por sexo e idade, das distintas coletividades religiosas, dos diferentes agrupamentos lingüísticos. São evidentes as diversidades que configuram as nações, as nacionalidades, as tribos, os grupos sociais, as classes sociais e outras realidades e classificações. Mas é inegável que as linhas de classes desenham mais ou menos nitidamente as estruturas e as organizações sociais, em níveis locais, nacionais, regionais e mundiais. Há configurações de classes que se desenham na escala das nações, enquanto que outras desenham-se na da sociedade mundial; da mesma forma que são evidentes as linhas de raça que desenham mais ou menos nitidamente as formas de sociabilidade, a distribuição dos indivíduos nas organizações e estruturas sociais, em qualquer

nível. Há setores das classes sociais, dominantes e subalternas, que se articulam em âmbito local, nacional, regional e mundial, da mesma forma que setores das diferentes coletividades raciais. E essas duas categorias, compreendendo formas de sociabilidade, mesclam-se todo o tempo em todos os lugares. Uma vez mesclam-se pouco, outras bastantes, mas sempre mesclam-se em alguma medida. Nos Estados Unidos e no Brasil, assim como na África do Sul, pode haver empresários negros, ou professores universitários negros, mas sempre em proporções menores do que os coeficientes de negros no conjunto de cada uma das populações. Na Índia já se abrem alguns espaços para indivíduos oriundos de castas subalternas, mas sempre em proporção muito menor do que o seu coeficiente no conjunto da população do país. No México e no Peru os indivíduos de origem asteca, maia ou inca podem alcançar posições no alto da hierarquia social, mas em proporção inferior à do coeficiente deles no conjunto de cada população nacional. Enfim, as linhas de classe e raça mesclam-se e às vezes confundem-se, mas não se dissolvem umas nas outras, a não ser em raros casos.

Em muitos lugares, os problemas raciais suscitam o contraponto raça, classe e casta, ou estamento. São formas de sociabilidade distintas e bastantes demarcadas, por suas especificidades, por seus enraizamentos nas tradições e mentalidades. Há sociedades, como a da Índia por exemplo, nas quais mesclam-se as linhas de raça, casta e classe. São diferentes, múltiplas e contraditórias as suas combinações possíveis, na esfera da família, igreja ou templo, escola, fábrica, escritório, empresa agrícola, organização governamental, sindicato, partido político e outros círculos de convivência e atividades sociais. Mas é inegável que raça, casta e classe não se dissolvem entre si. Mais que isso, recriam-se continuamente, umas vezes enrijecendo e outras flexibilizando as diversidades e as desigualdades sociais. “A morte de 120 manifestantes que exigiam do governo indiano o reconhecimento de sua casta no mês passado (novembro de 1994) lembrou ao mundo de maneira macabra o predomínio da consciência de casta na Índia. (...) Enquanto a Índia luta para liberalizar e modernizar sua economia, aprova, paradoxalmente, normas que estimulam as divisões sociais baseadas nas castas. Nem a propagação da educação em massa, nem a divulgação dos modernos valores através do rádio e da televisão via satélite, conseguiram coibir uma notável explosão de consciência de casta. (...) A causa das ‘castas inferiores’ foi levada a sério pelo Dr. B. R. Ambedkar, um intocável que chegou a ser ministro no primeiro governo da Índia independente. Sua cruzada não conseguiu acabar com os preconceitos de casta, mas garantiu um compromisso constitucional reservando 22,5% dos empregos no governo e das vagas nas escolas para os intocáveis, os mais baixos dos inferiores” (Wagstyl, 1994, p. 2).

Nota-se, no entanto, que o contraponto raça, classe e casta, ou estamento, continua presente em muitas nações, no século XX. Algo que se iniciou no século XVI, com o mercantilismo e o colonialismo, ou a acumulação originária, continua nos séculos subsequentes, evidentemente com modificações

mais ou menos notáveis. No fim do século XX esse contraponto está na base de muitas tensões sociais. É o que se pode observar na África do Sul, Egito, Brasil, Paraguai, México, Estados Unidos, Japão, China, Rússia e outros países. Também em países da Europa Ocidental subexistem resquícios de tradições feudais, a despeito do amplo predomínio das classes, etnias e raças, como determinações sociais.

Tomados singularmente ou como coletividades, os indivíduos distinguem-se uns dos outros como pertencentes à mesma “raça”, ou como pertencente a raças distintas, com base na trama das relações sociais, nas quais emergem traços fenotípicos ou marcas étnicas, como signos de semelhanças, diferenças, polarizações ou propriamente oposições. Essa trama de relações sociais alimenta-se de elementos presentes e passados, continuamente incorporados, recriados, modificados, atenuados ou exacerbados. É claro que o padrão de relações raciais que se forma, desenvolve ou transforma nesta ou aquela sociedade pode ser mais ou menos influenciado pelas heranças do passado recente ou distante que se criam e recriam na trama das relações que se desenvolvem no presente. Há estereótipos raciais, positivos ou negativos, aparentemente muito remotos em termos de espaço e tempo, mas que podem ressoar no presente das relações raciais, nesta ou aquela esfera de sociabilidade, neste ou aquele âmbito local, nacional, regional ou mundial. Em vários lugares, em países das Américas, os imigrantes poloneses e os alemães discriminam-se reciprocamente, reelaborando estereótipos ou ideologias raciais que haviam desenvolvido nos séculos de suas relações mais ou menos problemáticas na Europa. Algo semelhante repete-se entre imigrantes europeus na Ásia, Oceania e África. Na Europa e nos Estados Unidos ressoam estereótipos ou ideologias raciais que haviam germinado na atividade colonial ou imperialista desenvolvida por ingleses, franceses, holandeses, belgas, alemães, italianos e outros em diferentes territórios, tribos, feitorias, enclaves, colônias, nacionalidades ou nações¹⁷.

Na medida em que se inserem na trama das relações sociais, as semelhanças, diferenças, polarizações e antagonismos raciais adquirem a conotação de técnicas sociais. Entram no jogo das forças sociais, propiciando codificações ou cristalizações não só de diversidades mas de hierarquias e desigualdades. Nesse sentido é que as ideologias raciais podem tornar-se forças sociais não só básicas mas decisivas, garantindo a reiteração e recriação de hierarquias e desigualdades que parecem “raciais”, mas que na realidade são propriamente sociais, no sentido de simultaneamente econômicas, políticas e culturais. E tudo isso se manifesta nos mais diversos círculos de convivência, desde a fábrica e o escritório à escola e à igreja, templo ou terreiro, desde a fazenda, *plantation* e agroindústria à família, mídia e cultura de massa; seja na Europa, Ásia, Oceania, África, Caribe ou Américas.

Os indivíduos, grupos, classes, coletividades ou povos estão continuamente definindo-se e redefinindo-se reciprocamente. Independentemente de suas características étnicas, desenvolvem ideologias raciais,

¹⁷ Cf. Hofstadter (1967); Davis (1970); Frazier (1957); Wolf (1982); Panikkar (1977); Said (1990).

classificando-se como diferentes ou semelhantes, iguais ou estranhos, opostos ou antagonônicos. Mobilizam características étnicas ou traços fenotípicos, para distinguir, assemelhar, discriminar ou oprimir. Sempre reelaboram socialmente o “outro” de modo a transformá-lo em igual, semelhante, diferente, estranho, exótico, estrangeiro ou inimigo. Isto é o que ocorre, por exemplo, na França de 1995, no que se refere a imigrantes “árabes”, ainda que haja diferenciações. “Para o homem da rua, imigrado significa integrista; para o comerciante, delinqüente; para o policial, clandestino” (Rochu, 1995, p. 19).

Esse é o modo pelo qual a “etnia” tende a ser recoberta pela “raça”, no sentido de estereótipo racial, intolerância racial, preconceito racial, segregação racial, barreira racial, perseguição racial ou guerra racial. Sob vários aspectos, a “raça” e o “racismo” são produzidos na trama das relações sociais e no jogo das forças sociais, quando as características étnicas ou os traços fenotípicos são transformados em estigmas. E tudo isso se articula vivamente nas ideologias raciais de uns e outros.

As ideologias raciais enraizam-se nessa complexa teia de relações sociais, nesse intrincado jogo de forças sociais, envolvendo estilos de vida ou visões do mundo. A multiplicidade dos movimentos de indivíduos e coletividades, em âmbito local, nacional, regional e mundial, põe em confronto diversidades, desigualdades e contradições que se revelam a matéria prima de xenofobias, preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, anti-semitismos, estereótipos, estigmas, etnicismos ou racismos. Sob certos aspectos, as ideologias podem ser sínteses do complexo jogo das relações por meio das quais se encontram, acomodam, confrontam e tensionam diversidades e desigualdades, ou estilos de vida e visões do mundo. As ideologias taquigrafam, reiteram, naturalizam ou cristalizam identidades e antinomias, ou diversidades e antagonismos. O racismo pode ser um elemento básico, freqüentemente essencial, da “identidade” com a qual se apresenta o indivíduo, grupo, coletividade ou povo. Uma parte importante da identidade do branco europeu, ou do branco norte-americano, depende da sua afirmação de superioridade em face de “outros”, tais como africanos, asiáticos, latino-americanos ou outros. Há sempre certa dose de darwinismo social, latente ou explícito, na prática e no pensamento de europeus e norte-americanos em suas relações com “outros”. É óbvio que também os “outros”, sejam eles japoneses, chineses, hindus, árabes, sul-americanos, caribenhos ou eslavos também respondem ideologicamente. Ainda que em distintas gradações, todos estão inseridos no vasto processo de racialização do mundo.

Há algo de muito particular e simultaneamente de muito geral que faz com que as marcas raciais, ou fenotípicas, sejam reelaboradas socialmente como estigmas, consubstanciando e alimentando a xenofobia, o etnicismo, o preconceito ou o racismo. Este pode ser o núcleo da questão: a metamorfose da marca em estigma. É claro que essa transformação é elaborada e reelaborada socialmente, tanto em termos de senso comum como de conhecimento que se propõe científico. São várias as interpretações relativas aos desenhos do mapa

do mundo, ou aos movimentos da geografia e da história, nos quais muitas coletividades e muitos povos são localizados, classificados, hierarquizados e discriminados. São interpretações que realizam a mágica de eleger o eurocentrismo, a ocidentalidade, o arianismo, a civilização judaico-cristã ou o capitalismo como parâmetro da história universal: selvagens, bárbaros e civilizados, subdesenvolvidos e desenvolvidos, agrários e industrializados, arcaicos e modernos, periféricos e centrais, ocidentais e orientais, históricos e sem história.

Recebido para publicação em outubro/1995

IANNI, Octavio. Racialization of the world. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, May 1996.

UNITERMS:
globalization,
racialization,
transnational division
of labour,
racial movements.

RESUMO: The globalization of capitalism and the new transnational division of labour which is dinamized by new technologies, by informatization and the robotization of production – a process which also expresses itself through the migrations between nations in a broad process of worldwide urbanization – show us the birth and re-birth of racial problems associated to nationalisms and localisms. All these facts emphasize that globalization is accompanied by a fragmentation in which the frontiers between class and race are mixed but mostly not dissolved. In this context racial problems can be seen as an expression of movements and configurations, and as a fundamental dimension of a rising global society.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDRT, Hannah. (1996) *The origins of totalitarianism I*. Esp. parte I . Anti-semitism. New York, Meridian Books.
- BALIBAR, Etienne & WALLERSTEIN, Immanuel. (1990) *Race, nation, classe (les identités ambiguës)*. Paris, Éditions La Découverte.
- BANTON, Michael. (1967) *Race relation*. London, Tavistock Publications.
- _____. (1979) *A idéia de raça*. Trad. Antonio Marques Bessa. Lisboa, Edições 70.
- BARNET, Richard J. & CAVANAGH, John. (1994) *Global dreams (imperial corporations and the new world order)*. Esp. parte III – The global workspace. New York, Simon & Schueter.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. (1976) *Introdução à história contemporânea*. Trad.

Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- BASTIDE, Roger. (1960) Problèmes de l'entrecroisement des civilisations et de leurs oeuvres. In: GURVITCH, Georges (dir.). *Traité de sociologie*. Tomo 2. Paris, Presses Universitaires de France.
- BERNARD, Jessie & PEAR, T. H. & ARON, Raymond & ANGELL, Robert C. (1957) *De la nature des conflits (évaluation des études sur les tensions internationales)*. Paris, Unesco.
- BRUBAKER, Rogers. (1994) Nationhood and the national question in the Soviet Union and post-Soviet Eurasia: an institutionalist account. *Theory and Society*, London, vol. 23, p. 47-78.
- CANTRIL, Hadley (org.). *Tensions et conflits*. Paris, Librairie de Médicis.
- CÉSAIRE, Aimé. (1955) *Discours sur le colonialisme*. Paris, Présence Africaine.
- CONNOR, Walker. (1972) Nation-building or nation-destroying? *World politics*, Princeton, vol XXIV, n° 3, p. 319-355.
- COX, Olivier Crownwell. (1970) *Caste, class & race (a study in social dynamic)*. New York, Monthly Review Pree.
- DAVIS, David Brion. (1970) *The problem of slavery in western culture*. London, Penguin Books.
- DEUSTCHER, Isaac. (1970) *O judeu não-judeu e outros ensaios*. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- FANON, Frantz. (1983) *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador, Livraria Fator.
- FERNANDES, Florestan. (1978) *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo, Editora Ática.
- FRAZIER, E. Franklin. (1957) *Race and culture contacts in the modern world*. New York, Alfred A. Knopf.
- FULLER, Graham E. (1993) The fate of the Kurds. In: _____. *Foreign affairs*. New York, Spring. p. 108-102.
- HASHI, Iraj. (1992) The Desintegration of Yugoslavia: regional disparities and the nationalities question. *Capital & Class*, London, n° 48.
- HNTER, Guy (ed.). (1965) *Industrialisation and race relations (a symposium)*. London, Oxford University Press.
- HOBBSAWM, Eric. (1995a) *Age of extremes (the short twentieth century: 1914-1991)*. London, Michael Joseph.
- _____. (1995b) O século radical, entrevista a Otávio Dias. *Folha de São Paulo*, 30/07, p. 7.
- HOFSTADTER, Richard. (1967) *Social darwinism in American thought*. Boston, Beacon Press.
- HUGHES, Everett Cherrington & Hughes, Helen MacGill. (1952) *Where people*

- meet (racial and ethnic frontiers)*. Glencoe, The Free Press.
- IANNI, Octavio. (1988a) *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1988b) *Escravidão e racismo*. São Paulo, Editora Hucitec.
- ISAAC, Julius. (1947) *Economics of migration*. London, Kegan Paul.
- KLINEBERG, O. (1951) *États de tension et compréhension internationale*. Paris, Librairie de Médecis.
- LAPIDUS, Gail W. (1984) The nationality question and the soviet system. In: HOFFMANN, Erik P. (ed.). *The Soviet Union in the 1980's*. New York, The Academy of Political Science. p. 98-112.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1975) *Raça e história*. 2ª edição. Trad. Inácia Canelas. Lisboa, Editorial Presença. p. 98-112.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1982) Introducción. In: ORTIZ. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana, Jesus Monteiro Editor.
- MARX, Karl. (1946-1947) La ley general de la acumulacion capitalista. In: _____. *El Capital*. Tomo I. Trad. Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica.
- MEMMI, Albert. (1967) *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- MORNER, Magnus. (1967) *Race mixture in the history of Latin America*. Boston, Little, Brown and Co.
- MOYNIHAN, Daniel Patrick. (1994) *Pandaemonium (ethnicity in international politics)*. New York, Oxford University Press.
- NORBU, Dawa. (1992) *Culture and the politics of Third World nationalism*. London, Routledge.
- ORTIZ, Fernando. (1940) *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Havana, Jesus Monteiro Editores.
- PANIKKAR, K. M. (1977) *A dominação ocidental na Ásia*. Trad. Nemésio Salles. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- PARK, Robert Ezra. (1950) *Race and culture*. Glencoe, The Free Press.
- RAMA, Ángel. (1982) *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI Editores.
- ROCHU, Gilbert. (1995) Du contrôle des frontières au racisme ordinaire. *Le Monde Diplomatique*. Paris, juin.
- SAID, Edward W. (1990) *Orientalismo (o oriente como invenção do Ocidente)*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHILLER, Nina Glick & BASCH, Linda & BLANC-SZANTON, Cristina. (1992) Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. In: _____. (eds.). *Towards & transnational perspective*

on migration (race, class, ethnicity and nationalism reconsidered). *Annal*, New York, vol. 645. The New York Academy of Sciences, p. 1-24.

SCHLESINGER Jr., Arthur M. (1992) *The disuniting of America (reflection on a multicultural Society)*. New York, W. W. Norton.

SEGAL, Ronald, (1967) *The race war*. New York, Bantam Books.

STOLOKE, Verena. (1995) Talking culture: new boundaries, new rhetorics of exclusion in Europe. *Current Anthropology*, vol. 36, nº 1, p. 1-24.

SUNY, Ronald. (1990) The revenge of the past: socialism and ethnic conflict in transcaucasia. *The Left Review*, London, nº 184.

UNESCO, *Le racisme devant la science*. Paris, UNESCO, Nouvelle Édition.

URQUHART, Brian. (1989) *Decolonization and the world peace*. Austin, University of Texas Press.

WAGSTYL, Stefan. (1994) Índia: paradoxal convivência com a modernização numa sociedade dividida em castas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 9/12, p. 2 (artigo traduzido do *Financial Times*).

WOLF, Eric R. (1982) *Europe and the people without history*. Berkeley, University of California Press.